



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 7407/2007

Considerando o recurso directo de anulação, interposto por José Lobo de Vasconcelos Cabral Parreira e outros, do despacho que, em 22 de Outubro de 1991, indeferiu o pedido de reversão de prédios situados nos concelhos de Santiago do Cacém e Sines, expropriados a favor do Gabinete da Área de Sines, o qual correu termos no Supremo Tribunal Administrativo (1.ª Secção, 3.ª Subsecção), sob o n.º 30 256;

Considerando o Acórdão proferido em 9 de Fevereiro de 2005 por aquele Tribunal, parcialmente transitado em julgado, bem como o deferimento parcial do respectivo pedido de execução de sentença:

Nos termos do disposto nos artigos 5.º e 74.º e seguintes do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro:

Autorizo a reversão a favor de José Lobo de Vasconcelos Cabral Parreira, Maria de Fátima Lobo de Vasconcelos Corte Real, Maria José de Mello Leitão de Tavares Lobo de Vasconcelos e Catarina Maria de Mello Tavares Lobo de Vasconcelos dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob os n.ºs 405/100986, 1243/26092, 1781/040396, 1782/040396, 1854/031096 e 1956/010797, inscritos a favor do Estado, bem como dos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Sines sob os n.ºs 201, 202 e 3182/160399, inscritos a favor do Estado.

30 de Março de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Despacho (extracto) n.º 7408/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, atento o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma, nomeio chefe do meu Gabinete o coronel António de Almeida da Costa Coelho.

21 de Março de 2007. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 7409/2007

Lista n.º 10/07

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Fevereiro de 2007, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Eli Josefino Botelho	11-3-1972
Augusto César da Silva Muniz	29-5-1979
Flávio Pereira Rocha	30-8-1978
Jairo Santos da Silva	21-12-1963

Data de nascimento

Erivelton Domingos de Souza	16-9-1979
Jurema de Souza	17-6-1967
Moises Souza Santos	20-9-1976
Márcia Aparecida Montouro	17-10-1962
Maria da Penha Gomes de Sena Marques	2-10-1961
António Gonçalves dos Santos	28-11-1956

28 de Março de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 7410/2007

Lista n.º 11/07

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Março de 2007, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Marciana Fraga de Souza do Patrocínio	25-6-1976
Omar Miguel da Silva	29-9-1959
Cleyton Gean Fernandes da Silva	25-10-1974
Cristiane Taise Moscal Chaves	2-7-1972
Geraldo Tadeu da Silva	27-2-1966
Clarice Altéa Bernal Dias	22-9-1954
Flávio Chaves Júnior	28-1-1974
Rubens Dias	24-2-1955
Eliana Gomes dos Santos	29-4-1972
Alesandro Pereira Barbosa	15-11-1973
Leandro Damasceno Rosa	9-6-1988

28 de Março de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7411/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero o mestre Rúben Jorge de Lemos Botelho Barreto do cargo de adjunto do meu Gabinete, funções para as quais havia sido nomeado pelo meu despacho n.º 19 544/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de Setembro de 2006.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 31 de Março de 2007.

23 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 7412/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o mestre Rúben Jorge de Lemos Botelho Barreto como colaborador do meu Gabinete, para exercer funções de assessoria económica na área da sua formação, sendo para o efeito requisitado ao Banco Santander, Totta.

2 — A remuneração mensal do nomeado é a estabelecida para o cargo de adjunto do Gabinete, com direito à percepção das despesas de representação e dos subsídios de férias, de Natal e de refeição, mantendo todos os direitos e regalias correspondentes ao seu lugar de origem, nos termos conjugados das disposições legais supra-referidas com o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

3 — A presente nomeação tem a duração de um ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

23 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 7413/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Sofia Maria Ferro Espadanal Torres Magalhães Toscano Rico para o exercício de funções de adjunta do meu Gabinete, sendo para o efeito requisitada ao Banco Millennium BCP.

2 — Nos termos conjugados do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 7.º do citado diploma, o cargo será exercido em regime de requisição, mantendo a nomeada todos os direitos e regalias correspondentes ao seu lugar de origem.

3 — A presente nomeação tem a duração de um ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos.

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

23 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 7414/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o funcionário da Direcção-Geral dos Impostos mestre Paulo Alexandre dos Santos Ferreira colaborador do meu Gabinete, para exercer funções de assessoria económica na área da sua formação.

2 — A remuneração mensal do nomeado é a estabelecida para o cargo de adjunto do Gabinete, com direito à percepção das despesas de representação e dos subsídios de férias, de Natal e de refeição, mantendo todos os direitos e regalias correspondentes ao seu lugar de origem, nos termos conjugados das disposições legais supra-referidas com o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

3 — A presente nomeação tem a duração de um ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

23 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Portaria n.º 376/2007

O n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro, regula a percentagem a afectar ao Fundo de Estabilização Tributário (FET) do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos instaurados nos serviços da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) e das receitas de natureza fiscal arrecadadas no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, montante que será definido, anualmente, mediante portaria do Ministério das Finanças e da Administração Pública, bem como as receitas previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 335/97, de 2 de Dezembro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/2003, de 5 de Dezembro.

A percentagem é fixada anualmente por portaria do Ministro de Estado e das Finanças, após avaliação da execução dos objectivos definidos no plano de actividades da DGCI, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do n.º 6.º da Portaria n.º 1375-A/2003, de 18 de Dezembro, que regula autonomamente a remuneração das funções de gestão e cobrança dos créditos cedidos pelo Estado.

O acréscimo de produtividade constitui o fundamento para a atribuição do suplemento previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 335/97, de 2 de Dezembro, o qual é avaliado no início do ano seguinte àquele a que diz respeito através da comparação entre os objectivos efectivamente atingidos e os definidos nos planos de actividade relativos às cobranças coercivas e às receitas fiscais arrecadadas no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

Competindo à DGCI assegurar a administração dos principais impostos, de acordo com as políticas e orientações definidas pelo Governo, e sendo responsável por cerca de 80% da receita fiscal orçamental, para além da respeitante às autarquias, Regiões Autónomas e entidades diversas, o cumprimento das metas de execução orçamental assume particular importância.

Não obstante as condicionantes exógenas verificadas em 2006, o acréscimo de produtividade ocorrido traduziu-se na superação das metas de execução orçamental e no acréscimo de receita, em relação a 2005, de cerca de 7,8%, um ponto percentual acima do objectivo. Destaca-se, também, o desempenho verificado no âmbito da cobrança

coerciva que ultrapassou o objectivo fixado no plano de actividades da DGCI para 2006.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro, e do n.º 5 do n.º 1.º da Portaria n.º 132/98, de 4 de Março:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, que a percentagem a que se refere o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro, seja fixada em 5% do montante constante da declaração anual do director-geral dos Impostos de 31 de Janeiro de 2007, relativamente ao ano de 2006, mandada elaborar pelo n.º 2 do n.º 1.º da Portaria n.º 132/98, de 4 de Março.

23 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Portaria n.º 377/2007

Considerando que o Estado detém com a Renault Nissan Portugal, S. A., os contratos públicos de aprovisionamento n.ºs 412 028 (grupo 1 — veículos ligeiros de passageiros), 412 049 (grupo 2 — veículos ligeiros de mercadorias), 412 062 (grupo 3 — veículos pesados de passageiros), 412 073 (grupo 4 — veículos pesados de mercadorias) e 412 088 (veículos especiais), todos referentes à marca *Nissan* e homologados pela portaria n.º 461/2004 (2.ª série), de 24 de Abril;

Considerando que a Renault Nissan Portugal, S. A., deixou de ser o importador e representante em Portugal da marca *Nissan*, qualidade que passou para a Nissan Ibéria, S. A. — Sucursal em Portugal;

Considerando que a Renault Nissan Portugal, S. A., solicitou à Direcção-Geral do Património autorização para ceder a sua posição contratual nos contratos supra-referidos à Nissan Ibéria, S. A. — Sucursal em Portugal e que foi cumprido o disposto no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1.º Autorizar que a Nissan Ibéria, S. A. — Sucursal em Portugal assumira a posição contratual da Renault Nissan Portugal, S. A., relativamente aos contratos públicos de aprovisionamento n.ºs 412 028 (grupo 1 — veículos ligeiros de passageiros), 412 049 (grupo 2 — veículos ligeiros de mercadorias), 412 062 (grupo 3 — veículos pesados de passageiros), 412 073 (grupo 4 — veículos pesados de mercadorias) e 412 088 (veículos especiais), homologados pela Portaria n.º 461/2004 (2.ª série), de 24 de Abril.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua publicação.

23 de Março de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Portaria n.º 378/2007

Considerando que o Estado detém com a Baviera — Comércio de Automóveis, S. A., os contratos públicos de aprovisionamento n.ºs 412 005 (grupo 1 — veículos ligeiros de passageiros) e 412 091 (motociclos) referentes à marca *BMW* e homologados pela portaria n.º 461/2004 (2.ª série), de 24 de Abril;

Considerando que a Baviera — Comércio de Automóveis, S. A., deixou de ser o importador e representante em Portugal da marca *BMW*, qualidade que passou para a BMW Portugal, L.ª;

Considerando que a Baviera — Comércio de Automóveis, S. A., solicitou à Direcção-Geral do Património autorização para ceder a sua posição contratual nos contratos supra-referidos à BMW Portugal, L.ª, e que foi cumprido o disposto no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Assim, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1.º Autorizar que a BMW Portugal, L.ª, assumira a posição contratual da Baviera — Comércio de Automóveis, S. A., relativamente aos contratos públicos de aprovisionamento n.ºs 412 005 (grupo 1 — veículos ligeiros de passageiros) e 412 091 (motociclos), homologado pela portaria n.º 461/2004 (2.ª série), de 24 de Abril.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua publicação.

23 de Março de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.